Sumário

Prefácio xiii

Prefácio à 2ª edição xvii

Principais Abreviaturas xix

Capítulo 1 – Da Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura 1

1. Do pedido de registro de candidatura 1
2. Da ação de impugnação ao registro de candidatura 6
   - 2.1. Competência 6
   - 2.2. Legitimação para agir 7
   - 2.3. A causa de pedir na AIRC e os limites probatórios 11
   - 2.4. Litisconsórcio e intervenção de terceiros 15
   - 2.5. Possibilidade de registro provisório e antecipação de tutela 19
   - 2.6. Causas de inelegibilidades e momento de sua argüição 24
   - 2.7. Efeitos da sentença e recursos 30

Capítulo 2 – Da Ação de Investigação Judicial Eleitoral 33

1. A natureza da AIJE 33
2. Legitimação ativa 34
3. Cabimento do pedido 35
   - 3.1. Transgressões quanto à origem de valores pecuniários 35
   - 3.2. Abuso de poder econômico e político 37
   - 3.3. Uso indevido dos meios de comunicação social 57
4. A sanção de inelegibilidade e sua extensão a terceiros 63
   - 4.1. Competência 64
   - 4.2. Efeitos da sentença 64
   - 4.3. Questões controvertidas 68

Capítulo 3 – Recurso contra Diplomação 81

1. Natureza jurídica 81
2. Procedimento legal 82

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Juízo de admissibilidade 84
4. Legitimação ativa e passiva 84
5. Conceito de prova pré-constituída como requisito de admissibilidade do recurso contra diplomação 86
6. Hipóteses legais de cabimento 90
6.1. Errônea interpretação quanto ao sistema representação proporcional 153
6.2. Erro de direito e de fato na apuração final quanto á determinação do quociente eleitoral e partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda 155
6.3. Concessão ou Denegação do Diploma em Manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta lei e do art. 41-A da Lei 9.504/97 157
7. Efeitos da sentença 159

Capítulo 4 – Dos Efeitos da Decisão de Procedência da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME 161
1. Da ação de impugnação de mandato eletivo e inelegibilidades 161
2. Da validade dos votos conferidos aos candidatos que perderam o cargo em virturde de AIME – Descabimento da aplicação do artigo 224 do Código Eleitoral em sede de AIME 165
3. Do preenchimento dos cargos eletivos após o início do exercício mandato eletivo – Matéria de Direito Eleitoral e não de Direito Constitucional 170
4. Da inaplicabilidade da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município para regular os casos de perda de mandato em decorrência da sentença de procedência da AIME 176
5. Conclusões 178

Capítulo 5 – Os Efeitos da Improbidade Administrativa no Direito Eleitoral 181
1. A Improbidade Administrativa: distinções preliminares ... 181
2. Improbidade e Suspensão dos Direitos Políticos 183

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. A Ação de Improbidade Administrativa e suas conseqüências 185
4. Efeitos da sentença 190

Capítulo 6 – O princípio da moralidade no Direito Eleitoral... 205

Referências Bibliográficas 211

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br